



PROJETO DE LEI N.º 941/2025

Dispõe sobre a criação e instituição do Programa Municipal de Preservação de Fontes de Água, seu cadastramento e monitoramento no Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, e autoriza a Prefeitura do Município a fazer parcerias e investimentos em propriedades rurais, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, NO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado e instituído no Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, o Programa Municipal de Preservação de Fontes de Água, com instituição da política de identificação, catalogação, recuperação e proteção de nascentes e fontes de água, que estará vinculado a Secretaria de Meio Ambiente, que tem como objetivo promover a recuperação e recomposição das nascentes em áreas degradadas e preservar as que se mantêm intactas.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá estabelecer parcerias com órgãos estaduais e federais, com a sociedade civil organizada, organizações ambientalistas, bem como com proprietários e possuidores do imóvel que abriga a nascente, para cumprimento do estabelecido na presente Lei.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei consideram-se nascentes e fontes de água aqueles locais onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea.

Art. 3º - Todas as nascentes e fontes de água existentes no território do Município de Flor da Serra do Sul, em propriedades públicas ou privadas, serão cadastradas para fins de proteção e conservação, com vistas à garantia de suprimento de recursos hídricos para a população.

Parágrafo Único. O possuidor, o arrendatário ou comodatário de propriedades rurais, terá o prazo de 180 dias, a contar da data de publicação da presente Lei para realizar o cadastramento, possuindo a Administração Municipal o prazo de 90 dias para a execução dos serviços, podendo o prazo de execução ser prorrogado por igual período caso seja necessário.

Art. 4° - O cadastramento referido no caput do artigo 3° deve ser realizado pelos órgãos ambientais do Município, em cooperação com os órgãos estaduais e federais de meio ambiente, instituições de ensino, entidades de classe e sociedade civil, observando-se





ainda os resultados e informações obtidas em programas e projetos preexistentes sobre a matéria. Na catalogação das nascentes e fontes de água, deverão constar os seguintes dados, conforme Anexo desta Lei:

- I o código (coordenadas geográficas UTM ou Graus Minutos Segundos) e o nome atribuído à nascente d'água;
- II o nome e o número de registro de imóveis da propriedade onde se encontra a nascente;
- III o nome do titular da propriedade ou da posse, se for o caso, ou do explorador, na hipótese de parceria, arrendamento, locação ou qualquer forma de cessão de uso;
- IV situação do agricultor junto ao setor de CAD-PRO se o agricultor está emitindo notas fiscais da sua produção agropecuária;
- V o tipo de solo e de vegetação existente no local;
- VI a altitude nascente; e
- VII o tipo de exploração econômica existente no local e nas adjacências.
- Art. 5° O cadastramento será realizado tanto nas áreas pertencentes ao Poder Público Municipal, como nas propriedades particulares, mediante comunicação prévia dirigida ao titular do domínio ou da posse.
- § 1° Todos os proprietários ou possuidores deverão comunicar aos órgãos municipais sobre a existência de nascentes em seus imóveis no prazo de 12 (doze) meses da promulgação da presente Lei.
- § 2° Caberá ao Poder Público Municipal a incumbência de implementar plano de comunicação, de forma a incentivar os proprietários particulares a informar a existência de nascente ou curso d'água para efeitos de catalogação e registro.
- Art. 6° São beneficiários do Programa Municipal de Preservação de Nascentes, o possuidor, o arrendatário ou comodatário de propriedades rurais e, áreas de nascentes no Município de Flor da Serra do Sul.
- § 1° Para a adesão ao programa, o beneficiário deverá:
 - I apresentar nota de produtor rural do ano corrente, em seu nome ou cujo cadastro rural conste como integrante do grupo familiar;
 - II firmar termo de adesão e convênio, para fins de recuperação e manutenção das obras e serviços realizados pelo programa.



- § 2º Caberá à Secretaria de Meio Ambiente analisar e estabelecer quais serão as medidas a serem tomadas para a conservação de cada nascente, podendo estabelecer que no local seja instalada a infraestrutura necessária à conservação da nascente/fonte, da seguinte forma:
 - I Fontes com proteção realizada com material de construção, cujas despesas serão subsidiadas pela Administração Municipal no percentual de 50%;
 - II Fontes com proteção realizada com tubos e pedra rachão, com subsidio de 70% do custo das pedras rachão pela Administração Municipal, ficando de responsabilidade do proprietário o pagamento de 30% do custo das pedras rachão e o fornecimento integral dos tubos que serão utilizados. No tocante ao transporte das pedras rachão, o mesmo será realizado pelo Município sem custo ao beneficiário.
 - III O Município de Flor da Serra do Sul fornecerá a mão de obra para a construção das fontes descritas nos incisos I e II deste artigo.
- § 3° A Administração Municipal fornecerá a mão de obra necessária para a implantação das medidas de recuperação e proteção das nascentes/fontes de água.
- Art. 7º A preservação das nascentes e fontes de água que se refere esta Lei implica:
- I no mapeamento e catalogação das nascentes e fontes de água;
 - II no monitoramento e na preservação das nascentes e fontes de água;
 - III na proteção do ecossistema para manutenção do regime hidrológico;
 - IV no impedimento da proliferação de doenças que são causadas pelo uso de água contaminada;
 - V na melhoria das condições para recuperação e proteção da fauna e da flora existentes nas áreas dos mananciais;
 - VI na conservação e recuperação das margens do curso d'água, na forma da Lei nº 12.651/2012, quanto às florestas e demais formas de vegetação natural existentes nas nascentes dos rios, bem como o disposto na Lei nº 12.726/99, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e adota outras providências no Estado do Paraná;
 - VII no estímulo da melhoria da qualidade ambiental das áreas circunvizinhas às nascentes d'água;
 - VIII na compatibilização das ações de preservação das nascentes e fontes de água e da proteção ao meio ambiente com o uso e ocupação do solo, para atendimento ao desenvolvimento socioeconômico do Município;





- IX na promoção de gestão participativa, integrando setores da sociedade civil organizada com as diversas instâncias governamentais.
- **Art. 8º** O Poder Público Municipal, na medida do possível, promoverá a instrução dos proprietários ou usuários das áreas envolvidas sobre a preservação e conservação da nascente/fonte; reflorestamento, com fornecimento da vegetação adequada ao local; monitoramento permanente da área da nascente e sobre adoção de medidas, na hipótese de limpeza, colheita, semeação, pulverização, adubagem e queimadas nas áreas adjacentes da nascente.
- § 1º O Poder Público Municipal promoverá, ainda, ampla divulgação junto à comunidade, expondo a importância da preservação das nascentes e fontes de água, realizando campanhas de fomento e conscientização.
- § 2° O beneficiário ficará responsável pelo plantio e manutenção da vegetação, cujas mudas serão disponibilizadas pela Administração Municipal.
- § 3° Caso o beneficiário não cumpra com as obrigações dispostas na presente Lei, ficará impedido de participar de programas de fomento da Secretaria Municipal de Agricultura.
- Art. 9° O Poder Executivo será o responsável pelo fornecimento de pedras rachões ou pedras ferro, sem fundo amarelo e pelo transporte destas pedras até a nascente d'água a ser recuperada.
- Art. 10 Ao proprietário/possuidor do imóvel caberá a responsabilidade pelo encanamento, pelo plantio das mudas de árvores fornecidas e pela implantação de cercado na área definida como de proteção, bem como as obrigações para a manutenção das benfeitorias e serviços realizados pelo programa.
- Art. 11 As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.
- Art. 12 O Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei.
- Art. 13 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul-PR, 30 de janeiro de 2025.

Valmor Felipe Junior Prefeito Municipal





JUSTIFICATIVA

Ilustríssimo senhor Presidente, senhora Vereadora e senhores vereadores desta Augusta Casa de Leis.

Como já relatado, a matéria objetiva o estabelecimento de normas e procedimentos à preservação das fontes e nascentes localizadas no município de Flor da Serra do Sul/PR.

É de conhecimento de todos que o território municipal é servido por diversas nascentes, contribuindo consideravelmente para o abastecimento de água dos municípios próximos, demonstrando a grande importância na preservação de todos os recursos hídricos disponíveis não apenas para a população sulflorense, como também para as demais populações.

O presente projeto visa não apenas conscientizar os munícipes, mas também fornecer aos mesmos condições adequadas mediante incentivos, e auxílio técnico para a preservação das fontes e nascentes localizadas em nosso município, com o único intuito de preservar todos os recursos hídricos disponíveis, evitando a contaminação e a escassez de água que já prejudicou a população local.

Vê-se, portanto, que o presente Projeto de Lei torna-se de suma importância para o bem estar de toda a população sulflorense.

Contando com o prestimoso apoio dos nobres Edis, reiteramos nossos votos de estima e apreço, permanedendo à disposição para maiores elucidações.

Valmor Felipe Junior Prefeito Municipal